

O ESPAÇO DA ORALIDADE NA AULA DE LÍNGUA MATERNA

Maria Aparecida Calado de Oliveira DANTAS

ap.calado@hotmail.com

DLH da Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: É notório que as práticas pedagógicas, predominantes na sala de aula, ainda continuam arraigadas ao ensino estruturalista da língua, furtando do aluno a oportunidade de se desenvolver como sujeito interativo, usuário da palavra dita nos diferentes contextos de sua cotidianidade. Neste sentido, pretende-se, com este estudo, discutir o real espaço da oralidade nas aulas de língua materna, uma vez que entendemos que a língua, em sua especificidade oral, pode propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências que o torne capaz de atuar socialmente pela palavra, apropriando-se das estruturas e funções dos gêneros orais que fazem parte das práticas sociais que organizam o dia a dia das cidades, permitindo ao aluno, na qualidade de sujeito de uma sociedade complexa, utilizar a língua nas mais diferentes situações de comunicação/interação. Para tanto, utilizou-se a observação da prática pedagógica do professor de língua materna em sua ação docente frente ao Ensino Fundamental de duas escolas públicas do município de Pombal-PB, bem como a adoção de um questionário que permitisse interrogar o profissional do ensino sobre sua prática de trabalho com a oralidade no ensino da língua materna. Uma pesquisa qualitativa, que se inscreve no rol dos interesses dos programas de pós-graduação em formação de professores, fundamentada por documentos oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais), além de teóricos da linguística contemporânea que se dedicam a investigação do trabalho com os gêneros textuais, orais e escritos, na sala de aula de língua materna, tais como Marcuschi (2003), Mollica (2007), Rojo (2010), Elias (2011), Bortoni-Ricardo (2009), Signorini (2001), Matencio (2001) e Schneuwly & Dolz (2001), entre outros aportes teóricos que ressaltam a importância do trabalho com a oralidade na aprendizagem escolar. Os resultados alcançados permitem refletir sobre a importância de a oralidade ser enfatizada no espaço da sala de aula e, sobretudo, refletir sobre a necessidade de o professor revisitar o seu fazer pedagógico, de modo a preparar os sujeitos envolvidos para atuarem nas mais diferentes situações de interação social.

Palavras-chave: Oralidade. Gêneros Textuais. Ensino. Interação.

1 INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas nas aulas de língua materna têm se constituído objeto de discussão entre teóricos e estudiosos da área, preocupados em (re)significar esse espaço, considerando o caráter reducionista assumido, pautado no estudo da palavra, que não promove a interação e não contribui para o desenvolvimento da competência discursiva dos sujeitos envolvidos, questão central do processo de ensino aprendizagem e reafirmação do aluno enquanto sujeito interativo que se constitui socialmente e historicamente a partir das relações estabelecidas com o outro.

Nessa perspectiva, surgem os estudos empenhados em explicar o processo de ação e interação humana por meio da linguagem, segundo Koch (2006, p.8), “capaz de possibilitar aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos que vão exigir reações semelhantes, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes”. Assim, ganha espaço o trabalho fundamentado nos gêneros textuais, cuja aplicabilidade em sala de aula contribui para o desenvolvimento tanto da oralidade quanto da escrita.

Para Bakhtin/Medvedev (2003), todos os campos da atividade humana, por mais variados que sejam, estão relacionados à utilização da língua, seja de maneira oral ou escrita, o que ressalta a importância da oralidade ser enfatizada na aprendizagem escolar, mesmo sendo

algo tão intrínseco à vida das pessoas, principalmente por se caracterizar como uma prática social dos indivíduos. Sobre esse aspecto, Marcuschi (2003) afirma que a oralidade, como prática social, é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia. Ela será sempre a porta de iniciação à racionalidade e fator de identidade social dos indivíduos. Expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo. Isso se conquista em ambientes favoráveis à manifestação do que se pensa, do que se sente, do que se é, enfim, em ambientes que auxiliam no processo de construção da identidade.

Assim, no processo de construção do conhecimento, a sala de aula representa um dos espaços no qual as ações e reações de diferentes membros contribuem para a construção de oportunidades de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, práticas discursivas realizadas na sala de aula refletem diferentes facetas contextuais e textuais.

Considerando os pressupostos mencionados, torna-se imprescindível que a escola se configure enquanto instituição preocupada em favorecer condições para os que os indivíduos se constituam como sujeitos capazes de agir, interagir e reagir nas mais diferentes situações sociais, sujeitos providos de competência comunicativa enquanto usuários de uma língua passível de modificação de acordo com a situação e o contexto em que os discursos são produzidos, uma vez que “Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva” (BRASIL, 1998, p. 23).

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de discutir o espaço da oralidade nas aulas de língua materna, a partir da observação direta e de questionário dirigido a professores de língua portuguesa que se declaram conhecedores da importância do estudo dos gêneros orais e das práticas interativas nas aulas de língua materna, visto compreenderem que não se pode pensar que a construção do conhecimento é individual, mas produto das relações entre os sujeitos constituídos socialmente e culturalmente e, no caso específico da sala de aula, o professor se constitui como facilitador na mediação dos objetivos pretendidos no processo de ensino e aprendizagem.

Para cumprir essa proposta, será feito, inicialmente, um levantamento bibliográfico para melhor interpretar os dados obtidos, *in loco*, em duas escolas públicas do município de Pombal – PB. Espera-se que essa discussão possa contribuir para encorajar o debate quanto aos espaços ocupados pela oralidade nas aulas de língua materna e, especialmente, que se possa refletir sobre a importância de possibilitar situações que deem primazia à natureza social da linguagem.

2 POR UMA PEDAGOGIA DO ORAL

Considerando-se que o ensino de língua portuguesa tem sido objeto de discussão entre especialistas e outros profissionais preocupados em atribuir um novo sentido às práticas de sala de aula, compreende-se a real necessidade de um redirecionamento da prática e um melhor encaminhamento do fazer docente nas aulas de língua materna, com vistas à inserção de práticas que valorizem as mais diferentes formas de interação dos sujeitos.

É recorrente nas práticas vigentes um ensino marcado pelo silenciamento, com ênfase à modalidade escrita da língua; relegando a oralidade, competência indispensável para a interação e conseqüente constituição dos sujeitos, a um lugar de desprestígio social, restrito a tímidas práticas de leitura em voz alta ou discussão de textos cujo fim será uma produção escrita.

Também é comum a ideia, fruto da defesa de algumas vertentes teóricas, de que desenvolver a oralidade e possibilitar situações de interação social não é competência da escola, partindo do pressuposto de que essa é habilidade anterior a todas outras formas de interação, uma vez que constitui no seio da família, quando o sujeito ainda não tem algumas estruturas de fala definidas e/ou construídas. Entretanto, essa concepção despreza o fato de que a oralidade não pode ser reduzida às situações de fala da cotidianidade, representadas pela conversa entre

os amigos e outros eventos próprios do dia a dia das pessoas. Essa concepção desconsidera que a oralidade contempla também os gêneros formais, como seminários, debates, discursos, conferências, entre outras situações que exigem do interlocutor o domínio da estrutura do gênero, e isso só pode ser obtido a partir da escola, com a mediação do professor.

Sobre esse aspecto, Crescitelli & Reis (2011, p. 32) afirmam que “o ensino de língua deve valorizar a produção e a análise do texto oral, tanto quanto a do escrito, de diversas perspectivas teóricas”, ou seja, é preciso que a escola se ocupe de situações que permitam ao aluno vivências mais realistas. As práticas sociais vinculadas à fala do aluno e o acesso às diferentes modalidades linguísticas e aos usos que se faz delas devem ser experienciados pelos alunos na escola. De acordo com Matencio (2002), é através do trabalho desenvolvido pela escola que o aluno tem a possibilidade de refletir sobre os processos de funcionamento da linguagem, relacionando-os ao uso efetivo que ele faz da língua e respaldado em suas concepções de socialização.

Considerando o exposto, Dolz & Schneuwly (2004) afirmam que é papel da escola ensinar ao aluno se apropriar da linguagem oral em diferentes eventos interacionais, especialmente nos mais formais e, nessa perspectiva, os teóricos apontam para a importância do trabalho fundamentado nos gêneros textuais, considerando que esses têm relação direta com os diferentes setores da atividade humana, a saber: trabalho, relações interpessoais, entre outras situações que exijam dos sujeitos o domínio de estruturas específicas. Corroboram com essa discussão o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, quando das orientações para o trabalho didático com os conteúdos que devem ser priorizados pela escola:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso aos usos da linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p.67).

Ainda sobre o trabalho pautado na inserção dos gêneros textuais, Marcuschi (2003, p. 15) afirma que:

O trabalho com gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos no dia-a-dia. Pois nada do que fizemos linguisticamente estará fora de ser feito em algum gênero. Assim, tudo o que fizemos linguisticamente pode ser tratado em um ou outro gênero.

É importante destacar que o trabalho com os gêneros possibilita a interação entre o texto oral e o texto escrito, considerando que um pode servir de apoio ao outro, respeitando as especificidade de cada situação e de cada estrutura que lhes são peculiares, sem que para isso seja necessário supervalorizar a modalidade escrita em detrimento da oralidade.

Sobre as relações entre a oralidade e a escrita no ensino, Dolz & Schneuwly (2004, p. 139) afirmam que uma pesquisa realizada por De Pietro & Wirthner (1996) revela os seguintes aspectos:

- O oral é principalmente trabalhado como percurso de passagem para aprendizagem da escrita;
- Os professores analisam o oral a partir da escrita;
- O oral está bastante presente em sala de aula, mas nas variantes e ‘normas’ escolares, a serviço da estrutura formal escrita da língua;
- A leitura em voz alta, isto é, a escrita oralizada, representa a atividade oral mais frequente na prática.

Nesse sentido, é possível que a inaptidão de alguns alunos, especialmente no ensino fundamental, em lidar com eventos que exijam o uso da oralidade esteja relacionada à lacuna deixada pela escola quanto ao trabalho com os gêneros orais, uma vez que se entende que já nessa fase o aluno precisa se cercar de conhecimentos que possibilitem a utilização do pensamento lógico e crítico, tornando-se, assim, sujeito de suas ações e autor das práticas sociais de linguagem e das situações reais de interação social.

Sendo a linguagem oral um instrumento multidimensional e a mais antiga modalidade linguística de interação, é questão relevante a sua inserção nos programas escolares visando à construção e compreensão dos discursos produzidos por outros sujeitos e, conseqüentemente, a organização de sua fala, com vistas à competência comunicativa, uma vez que, de acordo com Antunes (2003, p. 110), “o que se deve pretender com uma programação de estudos do português, não importa o período em que acontece, é ampliar a competência do aluno para o exercício cada vez mais pleno, mais fluente e interessante da fala e da escrita”. Ou seja, não se trata de dispensar um tratamento dicotomizado ou de superioridade de uma sobre a outra, mas de promover situações que preparem os sujeitos a atuarem com autonomia nos mais diferentes eventos de interação social.

Assim, é importante que a escola reflita sobre as práticas sociais da linguagem, compreendendo seu funcionamento e trabalhando-a de forma adequada, ou seja, é necessário que se considere o desenvolvimento cognitivo dos alunos e as situações de interação social a que estarão submetidos, uma vez que “as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos” (BRASIL, 1998, p. 19).

De acordo com Mollica (2011, p. 11), “a escola é, segundo o imaginário coletivo, o meio mais almejado para promover a inclusão social”, desse modo, não se pode conceber a ideia de uma inclusão em sua totalidade com vistas à prioridade de uma modalidade, por ser considerada de prestígio social, em detrimento de outra, relegada à noção de “erro”, posta a margem dos estudos da linguagem e da interação, uma vez que:

Do ponto de vista científico, todas as manifestações linguísticas são legítimas, desde que cumpridas as necessidades de intercomunicação. [...] Contudo, ao considerar-se a adequação dos usos aos inúmeros atos de fala e estilos exigidos por situações contextuais reais de interação linguística, os falantes devem se apropriar de forma consciente das potencialidades linguísticas para eliminar inadequações, restrições e não ficar adstritos a ‘espaços comunicativos’ limitados sob pena de serem condenados à imobilidade social (MOLLICA, 2011, p. 51).

Espera-se que a escola reflita sobre as práticas sociais da linguagem, compreendendo seu funcionamento e trabalhando-a de forma adequada, ou seja, é necessário que se considere o desenvolvimento cognitivo dos alunos e as situações de interação social a que estarão submetidos, uma vez que “as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos” (BRASIL, 1998, p. 19).

Mediante o exposto, é importante destacar que para a escola se apropriar, efetivamente, de práticas que deem primazia ao trabalho com os gêneros orais, tomando a fala do aluno como objeto de instrumentalização de novos saberes, é importante que o professor de língua materna disponha de fundamentação teórica que lhe permita refletir sobre sua prática pedagógica, sobre as concepções de linguagem e, fundamentalmente, quais os reais objetivos do ensino de língua materna na escola.

É importante destacar que esse redimensionamento só será possível a partir de uma concepção de linguagem enquanto processo interativo, em que os sentidos são construídos a partir das relações dialógicas estabelecidas com os interlocutores e o meio social no qual os sujeitos estão inseridos. Sobre essa concepção, Bakhtin/Volochinov (2004, p.123) afirma que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Torna-se fator preponderante considerar que essas ações só se efetivam a partir de vivências e usos da linguagem oral e escrita, portanto, “dizer que a fala não é coesiva e a escrita é coesiva, não tem grande sentido neste grau de genericidade, pois tudo depende de qual escrita ou fala estamos nos referindo” (SIGNORINI, 2001, p. 32). Daí a importância das práticas orais serem enfatizadas a partir do estabelecimento de situações que favoreçam aos sujeitos aprendizes a condição de ampliar seus conhecimentos sobre a língua, compreendendo seu funcionamento e usando-a de forma eficiente.

3 MODOS DE FALAR E MODOS DE FAZER: A ORALIDADE EM SALA DE AULA

Considerando a importância de a oralidade ser enfatizada nas aulas de língua materna, uma vez que se entende que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), a abordagem escolar da oralidade contribui, sobremaneira, para o desenvolvimento das habilidades de comunicação oral, com foco na competência comunicativa, possibilitando aos sujeitos envolvidos a percepção de diferentes efeitos de sentido e as diferentes adequações da língua às situações comunicativas definidas; procuramos conversar com professores de língua portuguesa de duas escolas públicas no município de Pombal – PB, a fim de identificarmos o que esses profissionais pensam acerca do trabalho com os gêneros orais e, principalmente, que práticas de oralidade são desenvolvidas em suas salas de aula.

Para obtermos as respostas para as inquietações apresentadas, elaboramos um questionário com as seguintes perguntas:

01. Qual a sua formação acadêmica?
02. Há quanto tempo você trabalha como professor de língua materna?
03. Através de suas práticas, que competências procura desenvolver em seus alunos? O que faz para atingir esse objetivo?
04. Com relação ao trabalho com oralidade, você acha importante explorá-la em sala de aula? Por quê?
05. Você desenvolve atividades com oralidade para seus alunos? Com que frequência durante o bimestre?
06. Como seus alunos reagem diante de um evento de oralidade?
07. Descreva, de modo breve, uma atividade aplicada por você em sala de aula que explore a modalidade oral.

A resposta da 1ª pergunta indica que os 04 professores pesquisados, de um universo de 05, possuem formação em nível superior, com especialização na área em que atuam, o que acena para apropriação do objeto a ser ensinado, do qual têm experiência superior a cinco anos.

Quanto à questão número 03, pode-se perceber o lugar privilegiado que a leitura e a escrita possuem nas práticas desenvolvidas pelos professores, uma vez que se obteve uma resposta unânime: *Desenvolver a competência leitora e escritora dos alunos*, embora, paradoxalmente, tenham respondido à questão número 04 dizendo que consideram muito

importante a ênfase nos gêneros orais como possibilidade de desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Todos apresentaram como *práticas de oralidade* a leitura expressiva, em voz alta, ou a discussão de textos para uma posterior interpretação escrita. Apenas um, dentre os questionados, declarou realizar seminários e debate, assumindo desenvolver com frequência essa ação.

Posterior ao questionário, observamos três aulas de dois desses professores e pudemos constatar que, de fato, a oralidade é pouco enfatizada em todos os aspectos, desde os eventos informais, nas interações cotidianas, às situações formais, como a proposta de seminários, conferências, etc. Pode-se perceber que o aluno pouco fala durante as aulas, sendo a interação realizada em sua maioria entre aluno-aluno, com abordagem de assuntos não escolares, ficando a interação professor-aluno a cargo de algumas perguntas sobre o conteúdo dado e/ou ainda uma interação inteiramente conduzida pelo professor, que inicia as falas, controla, dirige, retoma e finaliza tópicos que versam sobre assuntos escolares.

Nas três aulas observadas, foram desenvolvidas atividades de leitura (silenciosa e em voz alta), discussão das ideias do texto (tomada como evento de oralidade pela professora) e interpretação escrita do texto.

Os resultados demonstram que, de fato, as práticas com a oralidade nas aulas de língua materna são pouco enfatizadas, se comparadas às práticas de leitura e escrita, consideradas competências primordiais na opinião dos professores, embora sejam consideradas muito importantes, como pudemos perceber nesses depoimentos acerca da importância de se explorar a oralidade em sala de aula:

Prof.1: Sim, porque a oralidade garante ao aluno o poder argumentativo, fundamental também para a escrita.

Prof. 2: Sim, por ser um momento, um espaço para troca de ideias. Situação muito produtiva que permite a ampliação do horizonte de leitura dos educandos.

Prof. 3: Sim, acredito que a oralidade desenvolve habilidades que ultrapassam a formação escolar, forma-se cidadão.

Prof. 4: Sim, porque a oralidade garante ao aluno o poder argumentativo, fundamental também para a escrita.

As respostas ao questionário proposto e a observação em sala de aula permitem afirmar que a escola, especificamente o professor de língua materna, precisa perceber que, mais do que uma necessidade pedagógica, os usos da língua representam uma necessidade social, pois a construção do conhecimento passa, primeiramente, pela construção do real e pela intervenção do sujeito sobre ele. Nesse sentido, Marcuschi (2001, p. 83) firma que:

O trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva [...] Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como suas formas de disseminação.

Desse modo, é importante que o professor de língua materna seja sensibilizado no sentido de promover situações que propiciem aos sujeitos aprendizes a construção de seus próprios saberes linguísticos, conhecendo na prática a investigação e teorização sobre os fatos da língua e da linguagem em movimento, uma vez que “[...] a maneira como o professor

concebe a natureza fundamental da língua altera em muito como se estrutura o trabalho com a língua/linguagem em termos de ensino” (TRAVAGLIA, 2009, p. 21). Leite (2011, p. 55) corrobora com essa ideia ao afirmar que “nenhuma técnica será eficiente, se, entre aluno e professor, não houver adequado entrosamento linguístico, a partir da qual a interação entre os interlocutores se realiza”. Assim, é preciso que alunos e professor dominem a mesma concepção de linguagem e desse modo, os saberes linguísticos se deem de forma harmoniosa.

Diante do exposto, de acordo com Cajal (2001), é importante considerar que a sala de aula precisa ser entendida como um ambiente social propício à ampliação dos conhecimentos e, por consequência, a linguagem, uma atividade social, construída na interação com o outro e, desse modo, são necessárias situações em que os sujeitos possam interagir, trocando experiências diversas, culturais, sociais e cognitivas, o que contribuirá de forma significativa para que os sujeitos envolvidos possam construir e partilhar conhecimentos.

Nessa perspectiva, é importante destacar a importância de o professor refletir sobre as suas concepções de ensino e os objetivos para o processo de ensino e aprendizagem para que, de modo crítico haja o estabelecimento entre o que se pretende e o que se efetiva na prática. A situação em análise permite perceber a importância de se aliar teoria e prática. Acreditar que a oralidade é importante e precisa ser evidenciada em sala de aula não tem o mesmo valor de ser efetivada de fato.

A fala das professoras, ao afirmar que há espaço para o trabalho com a oralidade, dada a sua importância no contexto da língua materna, revela que esta ação está relacionada ao persistente equívoco de se perguntar sobre o que o aluno entendeu sobre o texto e não se constitui como uma estratégia específica com vistas ao desenvolvimento da oralidade em situações reais de interação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões aqui apresentadas permitem refletir sobre a importância de a oralidade ser enfatizada no espaço da sala de aula e, sobretudo, refletir sobre a importância de o professor revisitar o seu fazer pedagógico, de modo a preparar os sujeitos envolvidos para atuarem nas mais diferentes situações de interação social. Ao realizarmos este trabalho, percebemos a necessidade dos professores de língua materna transformarem o conhecimento adquirido a partir de suas formações, inicial e/ou continuada, em atividades que, efetivamente, enfoquem o estudo da língua em suas mais variadas formas, considerando, assim, que a oralidade precisa e deve ser enfatizada, uma vez que, nas mais diversas situações de nossa cotidianidade, faz-se necessário a utilização da língua em sua modalidade oral para que as interações sejam estabelecidas e as aprendizagens efetivadas.

As teorias indicam que ainda persiste a cultura da supremacia da escrita, como se o homem se firmasse enquanto membro de uma sociedade a partir, exclusivamente, das práticas sociais de escrita. Assim, defende-se a ideia de um fortalecimento de uma política pedagógica nas aulas de língua materna com vistas ao trabalho fundamentado nos gêneros textuais orais, que se inserem no panorama pragmático da língua, o que significa entendê-la como uma entidade social, considerando a fala do aluno como parâmetro para o redimensionamento das concepções de linguagem, enquanto mecanismo de interação social.

Somado a isso, ressaltamos ainda a necessidade de encorajar o debate quanto ao redirecionamento das práticas sociais da linguagem e das situações reais de interação social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN. M. (MEDVEDEV). **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN. M. (VOLOSHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília, MEC/SEF 1998.

CAJAL, Irene Baleroni. A interação de sala de aula: como o professor reage às falas iniciadas pelos alunos? *In: Cenas de sala de aula*. COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

CRESCITELLI, Mercedes Canha; REIS, Amália Salazar. O ingresso do texto oral em sala de aula. *In: ELIAS, Vanda Maria (org.). Ensino de língua portuguesa*: oralidade, escrita, leitura. São Paulo: Contexto, 2011.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

KOCH, Ingedore G. V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEITE, Marli Quadro. Interação pela linguagem: o discurso do professor. **Revista Letra Magna**. São Paulo, Ano 04, nº 7, 2º semestre de 2007. Disponível em <http://www.letramagna.com/interacaomarliquadros.pdf>.

MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In: Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucena, 2003.

MATÊNCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola**: reflexões sobre o processo de letramento. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2011.

SIGNORINI, Inês (Org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.